



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA**

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2006

**AGENTE FISCAL DO
TESOURO DO ESTADO**

PROVA BLOCO I
19 DE AGOSTO DE 2006
TURNO DA TARDE

Nº de Inscrição

Nome do Candidato

DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS.
Proibida a reprodução, ainda que parcial, sem a prévia autorização da FAURGS.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2006

GABARITO FINAL APÓS RECURSOS

AFTE – BLOCO I

01.	B	21.	E	41.	D	61.	A
02.	C	22.	B	42.	E	62.	B
03.	E	23.	D	43.	B	63.	ANULADA
04.	D	24.	C	44.	B	64.	C
05.	A	25.	D	45.	A	65.	E
06.	B	26.	D	46.	D	66.	A
07.	E	27.	B	47.	D	67.	D
08.	A	28.	ANULADA	48.	E	68.	C
09.	D	29.	A	49.	A	69.	B
10.	C	30.	A	50.	A	70.	E
11.	C	31.	ANULADA	51.	C	71.	B
12.	D	32.	A	52.	C	72.	C
13.	C	33.	D	53.	C	73.	A
14.	C	34.	B	54.	ANULADA	74.	ANULADA
15.	A	35.	ANULADA	55.	E	75.	B
16.	A	36.	E	56.	D	76.	E
17.	A	37.	C	57.	C	77.	D
18.	B	38.	A	58.	A	78.	ANULADA
19.	D	39.	B	59.	B	79.	A
20.	B	40.	E	60.	E	80.	C



INSTRUÇÃO

01. Verifique se este CADERNO DE PROVA corresponde ao Concurso Público para o qual você está inscrito. Caso não corresponda, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
02. Esta PROVA consta de **80** questões objetivas.
03. Caso o CADERNO DE PROVA esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
04. Para cada questão objetiva existe apenas **uma** alternativa correta, a qual deverá ser assinalada, com caneta esferográfica, de cor **azul**, na FOLHA DE RESPOSTAS.
05. Preencha com cuidado a FOLHA DE RESPOSTAS, evitando rasuras. Eventuais marcas feitas nessa FOLHA a partir do número 81 serão desconsideradas.
06. Durante a prova, não será permitido ao candidato qualquer espécie de consulta em livros, códigos, revistas, folhetos ou anotações, nem o uso de telefone celular, transmissor/receptor de mensagem ou similares e calculadora.
07. Ao terminar a prova, entregue a FOLHA DE RESPOSTAS ao Fiscal da sala.
08. A duração da prova é de **4 horas**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS. Ao final desse prazo, a FOLHA DE RESPOSTAS será **imediatamente** recolhida.
09. O candidato somente poderá retirar-se do recinto da prova após transcorridas 2 (duas) horas do seu início.
10. A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar a anulação da prova do candidato.

Boa Prova!

01. Assinale a alternativa correspondente àquela espécie de exações, classificável, pela sua hipótese de incidência, como tributos vinculados a atividades realizadas pelo poder público.

- (A) impostos diretos
- (B) taxas
- (C) empréstimos compulsórios
- (D) impostos indiretos
- (E) contribuições de intervenção no domínio econômico

02. Entre os princípios do Direito Tributário brasileiro atual, assinale aquele que mais tem sido restringido em seu sentido e/ou em seu alcance.

- (A) da legalidade
- (B) da isonomia
- (C) da anualidade
- (D) da anterioridade
- (E) da irretroatividade

03. Em ações judiciais, a concessão de medida liminar e a concessão de tutela antecipada, referentemente a um crédito tributário em discussão, são causas,

- (A) respectivamente, de suspensão da exigibilidade e de extinção.
- (B) respectivamente, de extinção e de suspensão da exigibilidade.
- (C) ambas, de exclusão.
- (D) ambas, de extinção.
- (E) ambas, de suspensão da exigibilidade.

04. Na cobrança do crédito tributário, a prescrição

- (A) é de cinco anos, contados da data da ocorrência definitiva do fato gerador.
- (B) é de seis anos, contados da data da constituição definitiva do crédito.
- (C) interrompe-se pela citação pessoal feita ao devedor.
- (D) interrompe-se pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal.
- (E) interrompe-se por qualquer ato do devedor que possa sugerir o reconhecimento do débito.

05. À luz da Constituição da República é correto afirmar que

- (A) se adotará, nas operações que destinem bens para consumo final em outro Estado, uma alíquota dita interna, quando o destinatário não for contribuinte do ICMS.
- (B) a competência da União, dentro de Território Federal, absorve tanto a competência tributária própria dos Estados-membros, quanto a competência tributária própria dos Municípios em que o Território estiver efetivamente dividido.
- (C) cabe ao Congresso Nacional, mediante lei, estabelecer alíquotas mínimas do ICMS nas operações internas.
- (D) a competência tributária do Distrito Federal é idêntica à dos Estados-membros.
- (E) a circulação do ouro definido em lei como ativo financeiro, além de tributável pelo IOF, é também tributável pelo ICMS.

06. Conforme o Código Tributário Nacional, é correto afirmar que

- (A) o tributo pode, excepcionalmente, constituir-se de uma prestação não pecuniária.
- (B) a competência para arrecadar e fiscalizar tributos pode ser validamente delegada.
- (C) a constituição do crédito tributário opera-se com a ocorrência do fato gerador.
- (D) a extinção do crédito tributário nem sempre produz a extinção da obrigação tributária principal que lhe deu origem.
- (E) a dação em pagamento de bens móveis, desde que na forma e condições de lei de nível ordinário, é admitida pelo Código Tributário Nacional como modalidade de extinção do crédito tributário.

07. Lei nova alterou lei anterior de ICMS, para tributar, com alíquota menor, determinado bem. A Fiscalização, após a publicação da lei nova, detectando que o tributo incidente à época da vigência da lei revogada não fora recolhido, autuou *de ofício* o contribuinte, exigindo-lhe o tributo nos termos da lei anterior. Nesse contexto é correto afirmar que essa ação fiscal é

- (A) improcedente totalmente, pois configuraria um caso evidente de desrespeito ao princípio da não-retroatividade da legislação tributária.
- (B) improcedente parcialmente, pois, em virtude do princípio da aplicação da lei mais benigna, incidiria, no caso, a lei nova.
- (C) procedente parcialmente, pois a alíquota aplicável deveria ser a média aritmética entre as alíquotas constantes das duas leis.
- (D) procedente parcialmente, pois o lançamento reporta-se à data da autuação fiscal.
- (E) procedente totalmente, pois o lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador e

rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada.

08. Segundo a literalidade da Constituição da República, assinale a alternativa correta.

- (A) A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente.
- (B) O imposto sobre a importação de produtos estrangeiros está sujeito ao princípio dito da anterioridade, não podendo ser cobrado no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que o instituiu ou aumentou.
- (C) O ICMS não admite um tratamento seletivo em função da essencialidade do produto.
- (D) Sempre que possível, todas as espécies tributárias hão de ter caráter pessoal e hão de ser graduadas segundo a capacidade econômica do contribuinte.
- (E) É admissível a criação de tributos interestaduais ou intermunicipais que estabeleçam limitações ao tráfego de pessoas ou bens.

09. Relativamente ao ICMS, a expressão *neutralidade impositiva* significa que

- (A) o administrador tributário deve evitar ao máximo, na execução da legislação, qualquer viés político-ideológico.
- (B) o sistema nacional deste imposto deve evitar privilegiar um setor da economia, ou um fator de produção, em prol de outro.
- (C) o sistema nacional deste imposto há de ter sempre em mira harmonizar os diferentes níveis de desenvolvimento dos Estados-membros, visando ao bom convívio federativo.
- (D) a caracterização do fato gerador independe da natureza jurídica da operação que o constitua.
- (E) o legislador deve evitar a utilização do imposto para perseguir finalidades extrafiscais, em detrimento de sua eficácia arrecadatória.

10. No que concerne a contribuições, assinale a alternativa mais aceitável.

- (A) As contribuições dos Municípios e do Distrito Federal para custeio do serviço de iluminação pública dependem, para sua cobrança, de regulamentação em lei complementar.
- (B) Os Estados não têm competência para instituir contribuições, exceto as contribuições de melhoria.
- (C) A contribuição de intervenção no domínio econômico é de competência exclusiva da União.
- (D) A contribuição para custeio do sistema confederativo sindical tem natureza tributária.
- (E) As contribuições sociais da seguridade social não podem ser cobradas no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que as instituiu ou aumentou.

11. Quanto ao Imposto sobre a Transmissão, *Causa Mortis* e Doação, de quaisquer bens ou direitos (ITCD), assinale a alternativa mais adequada.

- (A) Considera-se doação a transmissão de bens, vantagens ou direitos de seu patrimônio, ao donatário que os aceita, expressa, tácita ou presumidamente, exceto as doações efetuadas com encargos ou ônus.
- (B) Nas transmissões *Causa Mortis*, ocorrem tantos fatos geradores distintos quantos forem os bens imóveis transmitidos.
- (C) Nas transmissões decorrentes de doações, ocorrem tantos fatos geradores distintos quantos forem os donatários do bem, título ou crédito, ou de direito transmitido.
- (D) O ITCD não incide sobre os direitos reais de garantia, exceto o penhor.
- (E) O ITCD incide apenas sobre a transmissão de propriedade.

12. Com base na Lei nº 8.821/89, que instituiu o Imposto sobre a Transmissão, *Causa Mortis* e Doação, de quaisquer bens ou direitos, a ocorrência do fato gerador, dá-se,

- I. quando da transmissão *causa mortis*, apenas na data da abertura da sucessão legítima.
- II. quando da data da morte do fiduciário, no momento da substituição de fideicomisso.
- III. quando da transmissão por doação, na data da instituição do usufruto convencional.
- IV. quando da partilha de bem, por antecipação de legítima.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II e IV.
- (D) Apenas II, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

13. Nos casos abaixo, quatro são hipóteses de isenção e um é hipótese de não-incidência. Indique a hipótese de não-incidência do Imposto sobre a Transmissão, *Causa Mortis* e Doação, de quaisquer bens ou direitos (ITCD).

- (A) extinção de usufruto, quando o nu-proprietário tenha sido o instituidor
- (B) doação em que o donatário for a União, o Estado do Rio Grande do Sul ou Município deste Estado
- (C) renúncia à herança ou legado, desde que feita sem ressalvas, em benefício do monte e não tenha o renunciante praticado qualquer ato que demonstre aceitação
- (D) transmissão do domínio direto
- (E) doação de roupas, utensílios agrícolas de uso normal, bem como móveis e aparelhos de uso doméstico

14. No que diz respeito à Lei 8.821/89, _____, a parte deverá solicitar ao órgão competente da Fazenda Pública Estadual a avaliação de todos os bens do espólio, antes do ajuizamento, fornecendo todos os elementos necessários para apuração da base de cálculo e do imposto devido, de acordo com o previsto em regulamento.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do texto acima.

- (A) no inventário
- (B) na partilha
- (C) no inventário pela forma de arrolamento sumário
- (D) no inventário extrajudicial pela forma de arrolamento sumário
- (E) na partilha extrajudicial

15. No que tange ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), a receita obtida em razão de sua cobrança será distribuída da seguinte forma:

- (A) 50% para o município em que o veículo está licenciado e cinquenta por cento para o Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem (DAER).
- (B) 60% para o município em que o veículo está licenciado e quarenta por cento para o Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER).
- (C) 60% para o município em que o veículo está licenciado, vinte por cento para o Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem (DAER) e vinte por cento para o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).
- (D) 60% para o município em que o veículo está licenciado, vinte por cento para o Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem (DAER) e vinte por cento para o Conselho Estadual de Trânsito (CETTRAN).

(E) 50% para o município em que o veículo está licenciado e cinquenta por cento para o Conselho Estadual de Trânsito (CETTRAN).

16. Quanto ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), à luz da legislação estadual,

- I. veículos de força motriz elétrica são isentos.
- II. veículos com mais de quinze anos são isentos.
- III. táxis-lotação são imunes.
- IV. deficientes físicos proprietários de veículos automotores adaptados às suas necessidades, em razão da deficiência física, são imunes.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas II e III.
- (E) Apenas III e IV.

17. Considere as afirmações abaixo no que se refere à Lei que instituiu o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

- I. A base de cálculo na venda de veículos novos é o valor médio de mercado (que é considerado o constante no documento fiscal), incluído o valor de opcionais e acessórios.
- II. A base de cálculo no caso de internamento de veículos automotores importados para uso do importador também é o valor médio de mercado, porém considerando-o como tal somente o constante do documento de importação, convertido em moeda nacional pela taxa cambial vigente na data do desembaraço aduaneiro.
- III. A base de cálculo na venda de veículos automotores usados é o valor médio de mercado divulgado pelo Poder Executivo, quinzenalmente, em moeda corrente nacional, antes do início do ano-calendário em que será devido o tributo e será monetariamente atualizado.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) Apenas II e III.

18. Considere as afirmações abaixo no que se refere ao Decreto nº 37.699/97, que aprovou o Regulamento do ICMS.

- I. Considera-se mercadoria qualquer bem móvel, novo ou usado, inclusive semoventes.
- II. Equipara-se à mercadoria a energia elétrica.
- III. Equipara-se à mercadoria o bem importado, destinado a pessoa física ou, se pessoa jurídica, destinado a uso ou consumo ou ao ativo permanente do estabelecimento destinatário.
- IV. Considera-se mercadoria o bem importado que tenha sido apreendido ou abandonado.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II e IV.
- (D) Apenas II, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

19. Considere as afirmações abaixo no que se refere ao Regulamento do ICMS (RICMS).

- I. Garimpeiro é equiparado a produtor.
- II. Garimpagem é o trabalho coletivo através de instrumentos rudimentares.
- III. Pescador fica equiparado a produtor.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

20. De acordo com o Regulamento do ICMS (RICMS), a prestação de serviço de transporte de passageiros

- (A) é o transporte de pessoas de um município para outro ou dentro do mesmo município, desde que as empresas transportadoras sejam concessionárias de serviço público.
- (B) é o transporte de pessoas efetuado mediante contrato de adesão, celebrado diretamente entre o transportador, concessionário do serviço público, em linha regular, e o usuário do serviço.
- (C) é o transporte de pessoas efetuado mediante simples contrato, celebrado diretamente entre o transportador, concessionário do serviço público, em linha regular, e o usuário do serviço.
- (D) é o transporte de pessoas efetuado mediante contrato de adesão, celebrado diretamente entre o transportador, permissionário do serviço público, em linha regular, e o usuário do serviço.

(E) é o transporte de pessoas efetuado mediante contrato de adesão, celebrado diretamente entre o transportador, concessionário do serviço público, e o usuário do serviço.

21. Com base no Regulamento do ICMS (RICMS), tratando-se de operações com mercadorias, considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no momento

- I. do fornecimento de alimentação, bebidas e outras mercadorias por qualquer estabelecimento.
- II. da transmissão de propriedade a terceiro de mercadoria depositada em armazém-geral ou em depósito fechado.
- III. do fornecimento de mercadoria com prestação de serviços, não compreendidos na competência tributária dos Municípios.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

22. Com base no Regulamento do ICMS (RICMS), tratando-se de prestações de serviços, considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no momento

- I. do ato final da prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, de qualquer natureza.
- II. do ato final da prestação de serviços de transporte iniciado no exterior.
- III. das prestações a título oneroso ou gratuito de serviços de comunicação, feitas por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

23. Considere os seguintes perfis de contribuintes.

- I. qualquer pessoa física que realize com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial, operações de circulação de mercadoria ou prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior
- II. qualquer pessoa jurídica que realize com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial, operações de circulação de mercadoria ou prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior
- III. qualquer pessoa física ou pessoa jurídica que mesmo sem habitualidade adquira em licitação mercadorias apreendidas, exceto as abandonadas, objetos de furto simples ou furto qualificado

Com base no Regulamento do ICMS, quais identificam contribuintes deste imposto?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

24. Com base no Regulamento do ICMS (RICMS), do ponto de vista da responsabilidade pelo pagamento do imposto,

- I. apenas o depositário em armazém-geral, a qualquer título, que depositar mercadoria em desacordo com a legislação tributária será responsável.
- II. o vendedor é responsável pelo pagamento do imposto no caso das mercadorias transportadas desacompanhadas de documento fiscal idôneo.
- III. os leiloeiros, em relação à mercadoria vendida por seu intermédio e cuja saída não esteja acompanhada de documento fiscal idôneo, respondem solidariamente com o sujeito passivo pelo pagamento do imposto devido e acréscimos legais.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.

(D) Apenas II e III.

(E) I, II e III.

25. Com base no Regulamento do ICMS (RICMS),

- I. as saídas de veículos usados, enquanto mercadorias, terão sua base de cálculo reduzida.
- II. o imposto poderá ser não-cumulativo.
- III. o diferimento para a etapa posterior do pagamento do imposto devido pode ocorrer sem a transferência da obrigação tributária ou com a transferência da responsabilidade correspondente.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

26. De acordo com o Regulamento do ICMS, assinale a alternativa correta.

- (A) O imposto incide nas prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, exceto a aérea, de pessoas, bens mercadorias ou valores.
- (B) O imposto não incide no serviço prestado no exterior cuja prestação tenha se iniciado no exterior.
- (C) O imposto incide na entrada de mercadorias no Rio Grande do Sul, inclusive de petróleo quando destinado à comercialização decorrente de operações interestaduais.
- (D) O imposto incide, quando da entrada no Rio Grande do Sul, sobre a energia elétrica não destinada à industrialização, decorrente de operações interestaduais.
- (E) O imposto não incide nas prestações onerosas de serviços de comunicação, em casos de geração.

27. No que se refere ao RICMS, assinale a alternativa correta quanto à isenção.

- (A) São isentas as saídas, destinadas a estabelecimento agropecuário inscrito como contribuinte do imposto, de reprodutores de animais ovinos puros de origem, excetuando-se os puros por cruza.
- (B) São isentas as saídas, destinadas a estabelecimento agropecuário inscrito como contribuinte do imposto, de reprodutores de animais suínos puros de origem, desde que possuam registro genealógico oficial, ainda que não tenham atingido a maturidade para reproduzir.
- (C) São isentas as saídas, destinadas a estabelecimento agropecuário inscrito como contribuinte do imposto, de reprodutores de animais ovinos puros de origem, desde que possuam registro genealógico oficial, somente quando já tenham atingido a maturidade para reproduzir.
- (D) São isentas as operações de recebimento por estabelecimento produtor de reprodutores de animais vacuns puros por cruza, exceto os importados do exterior pelo titular do estabelecimento.
- (E) São isentas as operações de recebimento por estabelecimento comercial de matrizes de animais ovinos puros de origem, em qualquer condição.

28. É correto afirmar que, pelo RICMS, a partir de 1º de maio de 1999, estão isentas

- (A) as saídas de produtos industrializados de origem nacional semi-elaborados relacionados no Apêndice XVI, para comercialização nas Áreas de Livre Comércio, desde que o estabelecimento destinatário tenha domicílio nas referidas áreas.
- (B) as saídas de óleo lubrificante não contaminado para estabelecimento coletor/revendedor autorizado pela ANP.
- (C) as saídas de embarcações de pesca artesanal, de madeira, construídas no País, com menos de três toneladas brutas de registro.
- (D) as saídas de produtos industrializados de origem nacional, exceto os semi-elaborados, relacionados no Apêndice XVI, para comercialização no Município de Rio Preto da Eva, no Estado do

Amazonas, desde que o destinatário tenha domicílio no referido Estado.

- (E) as saídas de quaisquer produtos industrializados de origem nacional relacionados no Apêndice XVI, destinados ao uso de aeronaves de bandeira estrangeira, aportados no País.

29. As alíquotas do imposto nas operações com mercadorias e nas prestações de serviços interestaduais são de

- (A) 12%, quando o destinatário for contribuinte do imposto e estiver localizado nos Estados de MG, PR, RJ, SC e SP.
- (B) 7%, quando o destinatário for contribuinte do imposto e estiver localizado nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e no Estado do RN.
- (C) 7% nas prestações de serviço de transporte aéreo interestadual de passageiro.
- (D) 12% nas prestações de serviço de transporte aéreo interestadual de passageiro.
- (E) 7%, quando o destinatário for contribuinte do imposto e estiver localizado nos Estados de MG, PR, RJ, SC e SP.

30. As alíquotas do imposto nas operações internas, de acordo com o Decreto nº 37.699/97, são de

- (A) 26%, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1998, quando se tratar de artigos de antiquário.
- (B) 25%, a partir de 1º de abril de 1999, quando se tratar de refrigerante.
- (C) 10%, quando se tratar de energia elétrica destinada à iluminação de vias públicas.
- (D) 25%, quando se tratar de energia elétrica destinada à iluminação de vias públicas.
- (E) 10% nos artefatos de joalheria classificados nas posições 7113, 7114 e 7116, da NBM/SH-NCM.

31. Nas importações de mercadorias do exterior, quando se tratar de refrigerante, as alíquotas do imposto, nas operações internas, aplicáveis de acordo com o Decreto nº 37.699/97, são de

- (A) 10%, a partir de 1º de janeiro de 1998.
- (B) 20%, a partir de 1º de janeiro de 1998.
- (C) 18%, a partir de 1º de janeiro de 1998.
- (D) 20%, a partir de 1º de janeiro de 1997.
- (E) 18%, a partir de 1º de janeiro de 1997.

32. De acordo com o Decreto n.º 37.699/97, quando houver aquisição, em licitação pública, de mercadoria importada do exterior apreendida ou abandonada, a alíquota do imposto nas operações internas é de

- (A) 22%, até 31 de março de 1998, quando se tratar de cerveja.
- (B) 25%, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1998, quando se tratar de retroescavadeira.
- (C) 10%, quando se tratar de ourivesaria.
- (D) 13%, quando se tratar de refrigerante.
- (E) 18%, a partir de 1º de abril de 1997, quando se tratar de refrigerante.

33. De acordo com a Lei n.º 8.820/89, está correto afirmar que

- (A) "NBM/SH" reporta-se à Nomenclatura Brasileira de Mercado/Sistema Harmonizado (dez dígitos), que produziu efeitos até 31 de dezembro de 1995.
- (B) "NBM/SH" reporta-se à Nomenclatura Brasileira de Mercado/Sistema Harmonizado (dez dígitos), que produziu efeitos até 31 de dezembro de 1996.
- (C) "NBM/SH" reporta-se à Nomenclatura Brasileira de Mercadoria/Sistema Harmonizado (dez dígitos), que produziu efeitos até 31 de dezembro de 1995.
- (D) "NBM/SH" reporta-se à Nomenclatura Brasileira de Mercadoria/Sistema Harmonizado (dez dígitos), que produziu efeitos até 31 de dezembro de 1996.
- (E) "NBM/SH" reporta-se à Nomenclatura Brasileira de Mercadoria/Sistema Harmonizado (oito dígitos), que produziu efeitos até 31 de dezembro de 1996.

34. Para efeitos da Lei n.º 8.820/89, considera-se mercadoria:

- (A) qualquer bem móvel, imóvel, inclusive semoventes.
- (B) qualquer bem móvel novo ou usado.
- (C) bem importado, destinado a pessoa física ou jurídica.
- (D) bem importado de pessoa jurídica, destinado ao consumo ou ao passivo permanente do estabelecimento.
- (E) bem importado, destinado a pessoa física, que não tenha sido apreendido.

35. De acordo com a legislação vigente, são imunes ao IPVA

- (A) Corpos Diplomáticos acreditados junto ao Governo Brasileiro.
- (B) os proprietários de veículos automotores terrestres fabricados há mais de 20 anos.
- (C) as entidades sindicais dos trabalhadores.
- (D) os deficientes físicos e os paraplégicos, proprietários de veículos automotores.

(E) as fundações de partidos políticos.

36. Em relação ao procedimento tributário administrativo, as infrações tributárias materiais serão cominadas com as seguintes multas:

- (A) 20% do valor do tributo devido, se básicas.
- (B) 110% do valor do tributo devido, se qualificadas.
- (C) 30% do valor devido, se básicas.
- (D) 60% do valor do tributo, se privilegiadas.
- (E) 60% do valor do tributo, se básicas.

37. O procedimento administrativo tendente à imposição tributária tem início

- (A) no primeiro ato de ofício, escrito, praticado por servidor a quem compete a fiscalização.
- (B) na constatação, pelo servidor a quem compete a fiscalização do tributo, da falta de pagamento.
- (C) na ciência do sujeito passivo do primeiro ato de ofício, escrito, praticado por servidor a quem compete a fiscalização do tributo.
- (D) a partir de qualquer ato provocado ou de ofício praticado pelo servidor responsável pela fiscalização.
- (E) a partir de ato de ofício do servidor responsável pela fiscalização do tributo, independentemente de ciência antecipada do sujeito passivo.

38. No que se refere ao processo contencioso, considere as seguintes afirmações.

- I. A fase litigiosa do procedimento inicia-se na repartição que jurisdiciona o domicílio fiscal do sujeito passivo.
- II. É vedado o início do procedimento em entidade privada credenciada pelo Secretário da Fazenda em face do Poder de Polícia.
- III. É vedado o início do procedimento em entidade pública credenciada pelo Secretário da Fazenda.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

39. Acerca das infrações formais, qual das afirmações abaixo está correta?

- (A) A multa pelo atraso na escrituração, quando se tratar do livro de Registro de Entradas, será de 5% do valor das operações não escrituradas, não inferior a 5 UPF-RS.

- (B) A multa pelo atraso na escrituração, quando se tratar do Livro de Registro de Inventário, será de 15 UPF-RS por inventário.
- (C) A multa pelo atraso na escrituração, quando se tratar de qualquer outro Livro Fiscal, será de 6 UPF-RS.
- (D) A multa pelo atraso na escrituração, quando se tratar do Livro de Registro de Inventário, será de 6 UPF-RS.
- (E) Nenhuma alternativa está correta.

40. No que concerne à medida do Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas, é correto afirmar que

- (A) será de tamanho não inferior a 7,6cmX19,0cm.
- (B) será de tamanho não inferior a 7,8cmX20,0cm.
- (C) será de tamanho não inferior a 7,9cmx20,0cm.
- (D) será de tamanho não inferior a 8,9cmX21,0cm.
- (E) será de tamanho não inferior a 9,9cmX21,0cm.

41. Os valores inscritos em restos a pagar no exercício anterior e não pagos até o final do exercício corrente deverão ser cancelados e considerados na variação ativa, independente da execução orçamentária. Logo, o registro desse fato contábil deve realizar-se nos sistemas

- (A) Compensado e Financeiro.
- (B) Financeiro e Orçamentário.
- (C) Compensado, Financeiro e Orçamentário.
- (D) Financeiro e Patrimonial.
- (E) Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Compensado.

42. De acordo com a Lei nº 4320/64, os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento, serão inscritos, na forma da legislação própria, como

- (A) restos a pagar não processados.
- (B) transferência financeira.

- (C) despesa de capital.
- (D) receita corrente.
- (E) dívida ativa.

43. Em consonância com a Lei nº 4320/64, a dívida fluante compreende:

- (A) restos a pagar, excluídos os serviços da dívida; depósitos e débitos de tesouraria.
- (B) restos a pagar, excluídos os serviços da dívida; serviços da dívida a pagar; depósitos e débitos de tesouraria.
- (C) receita orçamentária; restos a pagar; receitas imobiliárias e receitas patrimoniais.
- (D) receita orçamentária; depósitos e débitos de tesouraria.
- (E) restos a pagar; receitas imobiliárias e receitas patrimoniais.

Instrução: Observe o Balanço Orçamentário abaixo e responda às questões **44** e **45**.

Balanço Orçamentário em 31.12.2004		(em R\$)	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
Receitas Correntes			
Tributária	4.000,00	3.908,00	(92,00)
Contribuições			
Patrimonial	550,00	250,00	(300,00)
Serviços	333,00	350,00	17,00
Transferências Correntes	3.850,00	3.420,00	(430,00)
Receitas de Capital			
Alienação de Bens	980,00	280,00	(700,00)
Operações de Crédito	-	700,00	700,00

Transferências de Capital	2.500,00	2.800,00	300,00
Outras Receitas de Capital	600,00	520,00	(80,00)
SOMA	12.813,00	12.228,00	(585,00)
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
Créditos Iniciais	8.950,00	7.690,00	(1.260,00)
Créditos Adicionais	1.995,00	1.855,00	(140,00)
SOMA	10.945,00	9.545,00	(1.400,00)

44. O resultado orçamentário obtido na execução do Balanço é

- (A) deficitário em R\$ 585,00.
- (B) superavitário em R\$ 2.683,00.
- (C) superavitário em R\$ 1.400,00.
- (D) deficitário em R\$ 815,00.
- (E) deficitário em R\$ 1.985,00.

45. Ao realizar-se a análise do comportamento da execução orçamentária, percebe-se que ocorreu

- (A) obtenção de empréstimos no valor de R\$ 700,00.
- (B) excesso na arrecadação de impostos e demais tributos no valor de R\$ 92,00.
- (C) equilíbrio nas transferências correntes e de capital.
- (D) superávit na obtenção de recursos recebidos no valor de R\$ 430,00.
- (E) insuficiência na alocação de recursos financeiros advindos das receitas de capital no valor de R\$ 780,00.

46. Segundo a Lei nº 101/2000, referente à despesa total com pessoal, quando da superação dos limites globais fixados para cada poder ou órgão, observada ao final de cada quadrimestre, caso o excedente não seja eliminado nos dois quadrimestres seguintes, com pelo menos 1/3 no primeiro trimestre, acarretará impedimento quanto a

- (A) concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual.
- (B) alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa.
- (C) contratação de hora extra, salvo nos casos dispostos pela constituição.
- (D) contratação de operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.
- (E) criação de cargo, emprego ou função.

47. Segundo a Lei nº 4.320/64, as variações passivas que independem da execução orçamentária são:

- (A) aquisição de bens móveis; aquisição de títulos e valores; empréstimos concedidos para a

construção e aquisição de bens imóveis e construção e aquisição de bens de natureza industrial.

- (B) inscrição da dívida ativa; inscrição de outros créditos; incorporação de bens; cancelamento de dívidas ativas diversas.
- (C) cobrança da dívida ativa; alienação de bens móveis; alienação de bens imóveis; alienação de bens de natureza industrial; alienação de títulos e valores; empréstimos tomados; recebimento de créditos.
- (D) cancelamento da dívida ativa; encampação de dívidas passivas e diversas.
- (E) aquisição de bens móveis; aquisição de títulos e valores; empréstimos concedidos e cancelamento da dívida ativa.

48. De acordo com a Lei nº 4.320/64, o Balanço Patrimonial demonstrará:

- (A) o ativo corrente; o ativo não corrente; o ativo permanente; o passivo circulante; o passivo exigível a longo prazo; o patrimônio líquido.
- (B) as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas.
- (C) o ativo financeiro; o ativo permanente; o passivo financeiro; o patrimônio líquido.
- (D) o ativo permanente; o ativo circulante; o saldo patrimonial.
- (E) o ativo financeiro; o ativo permanente; o passivo financeiro; o passivo permanente; o saldo patrimonial; as contas de compensação.

Instrução: As questões de números **49** e **50** referem-se aos dados a seguir, extraídos da contabilidade de um ente público.

- Receita Tributária: R\$ 6.250.000,00;
- Receita de Capital: R\$ 36.000,00;
- Receita de Contribuições: R\$ 11.030.000,00;
- Receita Patrimonial: R\$ 1.846.100,00;
- Receita Agropecuária: R\$ 1.530,00;
- Outras Receitas de Capital: R\$ 6.000,00;
- Receita Industrial: R\$ 14.000,00;
- Receita de Serviços: R\$ 774.000,00;
- Transferências Correntes: R\$ 9.600,00;
- Operações de Crédito: R\$ 10.000,00;
- Receitas Correntes a Classificar: R\$ 7.600,00;
- Outras Receitas Correntes: R\$ 609.610,00;
- Receita de Anulação de Restos a Pagar: R\$ 3.400,00.

49. A receita corrente será

- (A) R\$ 20.542.440,00.
- (B) R\$ 20.597.840,00.
- (C) R\$ 24.310.994,00.
- (D) R\$ 24.322.440,00.

(E) R\$ 25.108.440,00.

50. Considere, além dos dados referidos na instrução anterior, ainda os que seguem.

- Transferências Constitucionais e Legais: R\$ 3.780.000,00;
- Contribuição dos Servidores para Seguridade Social: R\$ 4.566.000,00.

A receita corrente líquida será

- (A) R\$ 12.196.440,00.
- (B) R\$ 12.258.440,00.
- (C) R\$ 15.921.040,00.
- (D) R\$ 15.976.440,00.
- (E) R\$ 16.152.830,00.

51. Em consonância com a Lei nº 101/2000, são instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público,

- (A) os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; a demonstração das variações patrimoniais e o balanço patrimonial.
- (B) o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, o Relatório de Gestão Fiscal e as versões simplificadas destes documentos; a demonstração das variações patrimoniais e o balanço patrimonial.
- (C) os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal e as versões simplificadas destes documentos.
- (D) os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; a demonstração das variações patrimoniais; o balanço patrimonial, o balanço financeiro e o Balanço Geral.
- (E) os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; o demonstrativo das variações patrimoniais e o balanço geral.

52. Face ao exposto na Lei nº 101/2000, assinale a afirmação correta quanto à escrituração e consolidação das contas.

- (A) A administração pública não precisa manter sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, uma vez que estas informações são necessárias somente para empresas privadas.
- (B) Os Estados encaminharão suas contas ao Poder Executivo da União até 31 de dezembro, sendo que o descumprimento do prazo previsto impedirá que o ente da Federação receba transferências voluntárias e contrate operações de crédito.
- (C) As operações de crédito, as inscrições em Restos a Pagar e as demais formas de financiamento ou assunção de compromissos junto a terceiros deverão ser escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no período, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo de credor.
- (D) A demonstração das variações patrimoniais dará destaque somente ao destino dos recursos provenientes da alienação de ativos, bem como a despesa e a assunção de compromisso registradas pelo regime de competência.
- (E) A despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de caixa, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de competência.

53. De acordo com a Lei nº 4.320/64, o sistema de controle interno mantido de forma integrada pelos poderes legislativo, executivo e judiciário tem por finalidade

- (A) criar normas de controle externo no exercício de sua missão institucional.
- (B) propor alterações ou transferências de dotações orçamentárias, se assim julgar necessário.

(C) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades.

(D) elaborar as metas previstas no plano plurianual e definir os programas de governo.

(E) realizar levantamento, prestação ou tomada de contas de todos os responsáveis por bens e valores públicos.

54. Considera-se, para fins da Resolução nº 40/2001, a seguinte definição para dívida pública mobiliária:

(A) dívida pública decorrente de contratos, convênios ou tratados e da realização de crédito, bem como, precatórios judiciais.

(B) dívida pública representada por uma dívida pública representada por títulos emitidos pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.

(C) compromisso a longo prazo, de valor previamente determinado, garantida por cauções ou fianças.

(D) dívida pública decorrente de operações de crédito de longo prazo.

(E) dívida pública caracterizada pelo crédito da Fazenda Pública, proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas.

55. Quanto a receita e despesa públicas, assinale a afirmação **INCORRETA**.

(A) O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição.

(B) Dentre os estágios da receita pública, temos o lançamento de receita, que é onde se identifica e individualiza a espécie, o devedor, o valor e o vencimento do tributo de cada um.

(C) O recolhimento é um dos estágios da receita pública no qual os agentes arrecadadores entregam ao tesouro público os valores arrecadados.

(D) A dívida ativa é a composição das importâncias relativas a tributos, multas e créditos da fazenda pública lançados mas não cobrados ou não recebidos no prazo de vencimento.

(E) A liquidação da despesa consiste no ato em que o poder público faz a entrega do numerário correspondente.

56. Segundo a Lei nº 101/2000, o demonstrativo do resultado primário é composto pela receita total menos a despesa total, excluindo-se para efeito de ajuste

- (A) transferências financeiras (para indiretas e outros poderes); amortização e encargos da dívida interna e externa.
- (B) receitas financeiras; operações de créditos; alienações de bens.
- (C) operações de créditos; juros líquidos; saldo da dívida consolidada; receitas de capital; alienações de bens.
- (D) transferências financeiras (para indiretas e outros poderes); amortização e encargos da dívida interna e externa; receitas financeiras; operações de créditos; alienações de bens.
- (E) operações de créditos; alienações de bens; transferências financeiras; amortização e encargos da dívida interna e externa.

57. Tendo em vista o disposto na lei nº 4.320/64, O Balanço Financeiro demonstrará

- (A) as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária.
- (B) as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas.
- (C) as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.
- (D) o ativo financeiro, o ativo permanente, o passivo financeiro, o passivo permanente, o saldo patrimonial e as contas de compensação.
- (E) a receita e as despesas orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária e, ainda, as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária.

58. Assinale a afirmação correta.

- (A) O dinheiro recebido a título de receita extra-orçamentária soma-se às disponibilidades financeiras, mas, em contrapartida, constitui um passivo exigível e, como tal, será restituído quando de direito for reclamado.
- (B) A receita extra-orçamentária é aquela que não integra o orçamento público, constituindo-se renda do Estado, dependendo de autorização legislativa.
- (C) As receitas de capital resultam da ação direta do Estado na exploração de atividades comerciais,

industriais, agropecuárias, bem como das rendas obtidas na aplicação de fundos em inversões financeiras, ou de produto da renda de bens de propriedade do Estado.

- (D) Despesas de investimentos são despesas com aquisição de imóveis, de bens de capital já em utilização.
- (E) O regime de caixa, também chamado regime de gestão anual, é aquele em que são consideradas, as despesas empenhadas, os tributos lançados no exercício.

59. Considere normas de avaliação de elementos patrimoniais.

- I. Os débitos e créditos, bem como os títulos de renda, pelo seu valor nominal, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do balanço.
- II. Os bens de almoxarifado, pelo método PEPS, ou Custo de Reposição.
- III. Os bens móveis e imóveis pelo valor de aquisição ou pelo custo de produção ou de construção.
- IV. Os bens de almoxarifado, pelo preço médio ponderado das compras.
- V. Os bens móveis e imóveis pelo valor de aquisição ou pelo custo de produção ou de construção, sendo passíveis de reavaliação somente os bens imóveis.

Quais são previstas pela Lei nº 4320/64?

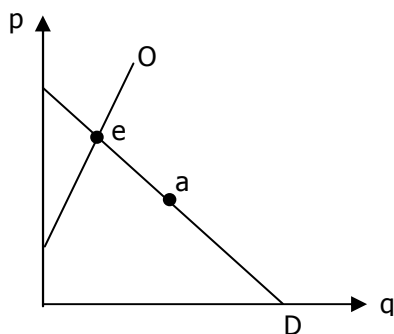
- (A) Apenas I, II e IV.
- (B) Apenas I, III e IV.
- (C) Apenas I, IV e V.
- (D) Apenas II, III e V.
- (E) Apenas II, IV e V.

60. Segundo o artigo 85 da Lei nº 4.320/64, os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitir

- (A) o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a evidenciação dos responsáveis por bens públicos e a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.

- (B) o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.
- (C) o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.
- (D) o conhecimento da execução orçamentária, o acompanhamento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais e o levantamento dos balanços gerais.
- (E) o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.

61. Considere a curva de demanda (D), com ponto médio **a**, e a curva de oferta (O), de um bem "x", conforme a figura abaixo.



Pode-se afirmar que,

- (A) no ponto de equilíbrio, se aumentar o preço do bem "x", a despesa total do consumidor com este bem necessariamente cairá.
- (B) no ponto médio, a elasticidade-preço da demanda é, em módulo, maior do que 1.
- (C) no ponto de equilíbrio, se variar o preço do bem "x", a receita total do vendedor permanecerá constante.
- (D) para todos os pontos acima do ponto de equilíbrio, a curva de oferta será sempre inelástica.
- (E) dado o formato da curva D, pode-se inferir que é bastante provável que o bem "x" seja um bem normal.

62. Considere-se uma firma com estrutura de custos em que haja custos fixos (CF) e custos variáveis (CV).

Pode-se afirmar, ao operar a lei dos rendimentos decrescentes, que

- (A) os CF médios permanecem inalterados ao aumentar a produção, enquanto os CV médios, com o aumento da produção, inicialmente crescem, mas, a partir de certo ponto, começam a cair.
 - (B) os CF médios caem ao aumentar a produção, enquanto os CV médios, com o aumento da produção, inicialmente também caem, mas, a partir de certo ponto, começam a crescer.
 - (C) os CF médios permanecem inalterados ao aumentar a produção, enquanto os CV médios, com o aumento da produção, inicialmente caem, mas, a partir de certo ponto, começam a crescer.
 - (D) os CF médios crescem ao aumentar a produção, enquanto os CV médios, com o aumento da produção, inicialmente crescem, mas, a partir de certo ponto, começam a cair.
 - (E) os CF médios caem ao aumentar a produção, enquanto os CV médios, com o aumento da produção, inicialmente crescem, mas, a partir de certo ponto, começam a cair.
63. Em um mercado de concorrência perfeita de um bem, o custo total é dado por $CT = 3 + 4q + 8q^2$. Então, na maximização de lucro, a receita total é

- (A) + 2,50.
- (B) - 11,00.
- (C) + 11,00.
- (D) + 110,00.
- (E) + 176,00.

64. No estudo das estruturas de mercados de bens, admite-se como verdadeiro que,

- (A) em concorrência perfeita, a curva de oferta é a mesma curva de custo marginal da firma.
- (B) ao se determinar a curva de oferta de um mercado monopolista, demonstra-se que a mesma será sempre positivamente inclinada, pois a curva de oferta da firma, em condições de monopólio, é a mesma curva de oferta do mercado como um todo.
- (C) nos modelos de mercados oligopolistas com *mark up*, admite-se que a determinação de preço dependa menos da demanda e se dê predominantemente no lado da oferta, com a empresa procurando manter uma margem mais ou menos constante sobre seus custos.
- (D) em um mercado monopolista, a maximização de lucro geralmente ocorre na faixa inelástica da curva de demanda.
- (E) em concorrência perfeita, o nível ótimo de produção para a firma ocorre quando o custo marginal é decrescente e igual à receita marginal.

65. Na definição e mensuração dos agregados econômicos, na Contabilidade Nacional, a variável Produto Interno Bruto (PIB) é fundamental.

Assinale a alternativa correta.

- (A) O PIB é definido como o somatório de todos os bens e serviços produzidos por uma economia em determinado período de tempo.
- (B) Se o PIB nominal cresce de US\$ 800 bilhões para US\$ 900 bilhões, enquanto a inflação for de 15%, então se pode afirmar que o PIB real também cresceu.
- (C) Se a taxa de crescimento do PIB custo de fatores, em determinado ano, for igual à taxa de crescimento do PIB a preços de mercado, pode-se afirmar que, por definição, a carga tributária líquida da economia não se alterou.
- (D) O PIB, assim como o Produto Nacional Bruto, são variáveis estoque, enquanto o Produto Interno Líquido e o Produto Nacional Líquido são exemplos de variáveis fluxo.
- (E) Ao se optar pelo cálculo do PIB segundo o critério de paridade de poder de compra, está-se admitindo que a taxa de câmbio não é um conversor eficiente para possibilitar comparação entre produtos de países diferentes.

66. Suponha no modelo IS-LM o caso de uma curva IS negativa inclinada e LM vertical. Este caso exemplifica uma situação em que

- (A) não existe demanda especulativa de moeda e a política fiscal é ineficaz para expandir o nível de renda real.

- (B) a demanda de investimento é inelástica com relação à taxa de juros.
- (C) há armadilha pela liquidez e a política monetária é totalmente ineficaz para expandir o nível de renda real.
- (D) a expansão do investimento impulsiona o crescimento da renda real, expansão esta que pode ser medida pela magnitude do multiplicador keynesiano.
- (E) tanto a política fiscal como a política monetária são eficazes, embora apenas parcialmente, para expandir o nível de renda real.

67. Sobre o estudo da moeda e dos instrumentos de política monetária, assinale a afirmação correta.

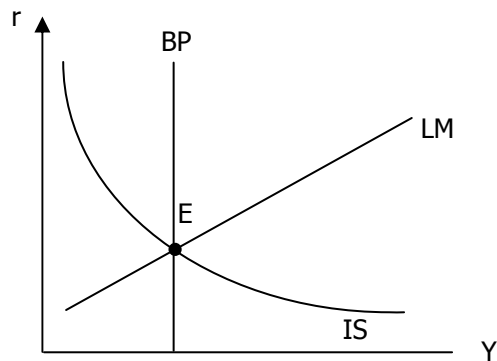
- (A) O conceito de Base Monetária inclui os títulos públicos em poder do público e as reservas mantidas pelos bancos comerciais no Banco Central.
- (B) O multiplicador do sistema bancário pode ser definido como o inverso da taxa de redesconto.
- (C) A curva de preferência pela liquidez é negativamente inclinada, pois mostra que a demanda de moeda para transações é uma função inversa da taxa de juros.
- (D) A compra de títulos e a diminuição da taxa de redesconto pelo Banco Central são medidas que colaboram para cair a taxa de juros.
- (E) A troca de dólares dos exportadores por moeda nacional, pelo Banco Central, é exemplo de destruição de meios de pagamento.

68. A relação entre indexação e inflação é explorada na teoria inercialista da inflação. Segundo esta teoria,

- (A) choques de demanda e de custo, como aumento de salários e desvalorizações cambiais, não podem ser responsáveis pela elevação da inflação.
- (B) a principal causa da inflação deve-se ao fato de os agentes econômicos formarem suas expectativas baseados nas trajetórias esperadas de inflação, o que resulta em resistência a sua queda através de mecanismos convencionais, como o choque ortodoxo.

- (C) mesmo na ausência de choques, a inflação presente depende da inflação passada, independentemente do estado das expectativas.
- (D) a existência de mecanismos institucionais, como a correção monetária, não pode ser responsável pela inflação, uma vez que apenas repõe o valor nominal perdido ao longo do tempo.
- (E) a expansão da oferta de moeda, por hipótese teórica considerada exógena, é a principal responsável pelo aumento da inflação.

69. Suponha uma economia sem mobilidade de capital, com regime de câmbio fixo e que esteja inicialmente no ponto de equilíbrio E, conforme mostra o gráfico abaixo.



Se o Banco Central expandir a oferta de moeda, espera-se que

- (A) o nível de renda inicialmente caia, mas posteriormente comece a se elevar, retornando ao equilíbrio inicial.
- (B) a taxa de juros inicialmente caia, mas posteriormente comece a se elevar, retornando ao equilíbrio inicial.
- (C) a taxa de juros caia e se estabilize em um ponto de equilíbrio abaixo do inicial, levando a um *superavit* no balanço de pagamentos.
- (D) a taxa de juros caia e se estabilize em um ponto de equilíbrio abaixo do inicial, levando a um *deficit* no balanço de pagamentos.

- (E) a taxa de juros suba e se estabilize em um ponto de equilíbrio abaixo do inicial, levando a um *superavit* no balanço de pagamentos.

70. Sobre o estudo de expectativas e seu papel na macroeconomia, assinale a afirmação correta.

- (A) Quando os agentes formam suas expectativas de forma adaptativa, utilizam da forma mais eficiente possível o conjunto de informações para elaborar previsões futuras.
- (B) Quando os agentes formam suas expectativas racionalmente, pode-se demonstrar que sempre acabam acertando todas as suas previsões futuras.
- (C) Quando a Curva de Philips for expandida por expectativas, pode-se demonstrar que, no longo prazo, será negativamente inclinada.
- (D) Quando se introduz expectativas na Curva de Philips, não se pode explicar o fenômeno da estagflação, já que se torna impossível a coexistência de aumento da inflação e do emprego.
- (E) Quando a Curva de Philips for expandida por expectativas, pode-se demonstrar que, quanto maior a expectativa de inflação, maior será a inflação efetiva.

71. Quando um bem público é ofertado, ele pode ser consumido coletivamente, o que viola a hipótese da natureza privada dos bens na economia competitiva tipo Arrow-Debreu. Portanto, no que diz respeito a bens públicos, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) a propriedade de não-exclusão implica que o consumo do bem não pode ser controlado eficientemente por um sistema de preços, enquanto, da propriedade de não-rivalidade pode-se dizer que todos os agentes podem, se assim o desejarem, consumir simultaneamente um nível do bem público equivalente à sua oferta total.
- (B) nos modelos convencionais de provisão privada de bens públicos, o equilíbrio de Nash não é Pareto eficiente e depende da distribuição de renda e de mudanças exógenas na oferta do bem público.
- (C) o equilíbrio com preços personalizados, conhecido como Equilíbrio de Lindahl, é Pareto eficiente.
- (D) a Regra de Samuelson, da provisão eficiente de um bem público puro, estabelece que a provisão Pareto eficiente deste ocorre quando a taxa marginal de transformação entre o bem público e cada bem privado é igual à soma, sobre todos os agentes, das taxas marginais de substituição.
- (E) a provisão eficiente de bens públicos requer que não existam restrições sobre os instrumentos de taxaço que podem ser empregados pelo governo ou, equivalentemente, que o governo tenha completo controle sobre alocação de recursos.

72. Considere que a provisão de bens públicos seja escolhida pelo voto da maioria.

Assinale a afirmação correta.

- (A) Com preferências dos eleitores caracterizadas por pico único, a escolha pela maioria está sujeita a ciclos.
- (B) Pelo teorema do eleitor mediano, a escolha do dispêndio em um bem público, decidida pelo eleitor mediano em uma votação pela regra da maioria, resulta necessariamente em uma provisão eficiente do bem.
- (C) Na presença de ciclos, a escolha coletiva pelo voto da maioria está sujeita a manipulação via estabelecimento de agenda de votação, ou seja, a ordem pela qual os votos são efetuados.
- (D) A troca de votos (*logrolling*) entre representantes eleitos, para conquistar apoio a projetos, garante que o nível eficiente de dispêndio público ocorra como resultado do voto da maioria.
- (E) Para uma eleição com três candidatos a política preferida pelo eleitor mediano para a oferta de um único bem público é um equilíbrio estável.

73. Suponha que a demanda por cigarros em um país hipotético seja dada por $Q_c^d = 2000 - 200P_c$, onde Q_c^d é o número de pacotes demandados e P_c é o preço por pacote. A oferta de cigarros é $Q_c^s = P_c \times 200$. Assuma que o mercado seja competitivo. Em um esforço para reduzir o consumo de cigarros, o governo introduz um imposto sobre produção de \$2,00 por pacote. Após a introdução do imposto, o preço pago pelos consumidores é _____, o preço recebido pelos produtores é _____ e a receita do governo proveniente do imposto é _____. A incidência econômica de uma unidade do imposto _____.

Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas do texto acima na ordem em que elas se encontram.

- (A) \$6,00 – \$4,00 – \$1.600,00 – independe de sobre quem recai a cobrança legal do imposto
- (B) \$6,00 – \$4,00 – \$1.600,00 – recai apenas sobre os produtores
- (C) \$5,00 – \$5,00 – \$2.000,00 – é a mesma para ambos, consumidores e produtores, independentemente de sobre quem recai a cobrança legal do imposto
- (D) \$5,50 – \$4,50 – \$1.800,00 – independe de sobre quem recai a cobrança legal do imposto
- (E) \$5,50 – \$4,50 – \$1.800,00 – é a mesma para ambos, consumidores e produtores,

independentemente de sobre quem recai a cobrança legal do imposto

74. No que se refere ao Imposto sobre Valor Adicionado (IVA), considere o que segue.

- I. É neutro; apresenta maior dificuldade de evasão.
- II. Tem caráter autofiscalizador; afeta a competitividade de uma indústria.
- III. Bens de produção podem ser fácil e totalmente isentos; é regressivo.

Quais são características deste imposto?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

75. Considere o crescimento do tamanho de governos no século XX. Assinale com **1** os itens que correspondem às explicações corretas para este crescimento e com **2** os que não correspondem às explicações corretas para este crescimento.

- () fatores demográficos
- () acumulação de dívida pública
- () redução da inflação como fonte de receita
- () aumento da renda *per capita*
- () urbanização
- () globalização
- () aumento dos preços relativos de serviços

A seqüência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) 1 – 2 – 1 – 2 – 1 – 2 – 2.
- (B) 1 – 2 – 2 – 1 – 1 – 2 – 1.
- (C) 2 – 1 – 1 – 2 – 2 – 1 – 2.
- (D) 2 – 1 – 2 – 1 – 1 – 2 – 1.
- (E) 2 – 1 – 2 – 1 – 2 – 1 – 1.

76. Considere uma economia com uma determinada relação dívida pública/PIB. Se a taxa de inflação for constante e igual a zero e _____, então _____.

Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas do texto acima na ordem em que elas se encontram.

- (A) a taxa de crescimento econômico for baixa – qualquer *deficit* primário torna a relação dívida pública/PIB explosiva.
- (B) a taxa de crescimento econômico for maior do que a taxa de juros que incide sobre a dívida – a relação dívida pública/PIB é estável.
- (C) a taxa de crescimento econômico e a senhoriagem forem positivas – qualquer *deficit* primário mantém a relação dívida pública/PIB estável.
- (D) houver um *deficit* persistente nas transações correntes do Balanço de Pagamentos – qualquer *deficit* primário torna a relação dívida pública/PIB explosiva.
- (E) a taxa de crescimento econômico e a senhoriagem forem igualmente nulas – qualquer *deficit* primário torna a relação dívida pública/PIB explosiva.

77. Considere os seguintes argumentos no que diz respeito ao processo de descentralização fiscal em um sistema federativo.

- I. Se os bens e serviços públicos locais forem fornecidos pelas esferas de governo mais próximas dos beneficiários, a alocação dos recursos públicos tende a ser mais eficiente.
- II. A descentralização limita os conflitos entre as funções alocativa e estabilizadora do governo.
- III. A descentralização contribui para reduzir os perigos potenciais para liberdades individuais do excesso de concentração de poder.
- IV. Os ganhos de eficiência da descentralização tendem a ser maiores quanto maior for a área do território nacional.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas III e IV.
- (D) Apenas I, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

78. Considere as seguintes características.

- I. A submissão da política econômica aos condicionantes políticos e sociais e a presença de elevados indicadores de corrupção.
- II. Ativismo governamental e negação das conseqüências negativas de elevados *deficits* fiscais.
- III. Grande ênfase em políticas redistributivas e ausência de percepção da existência de restrições macroeconômicas.

Quais caracterizam necessariamente o Populismo Macroeconômico, de acordo com o sentido atribuído por Dornbusch e Edwards (1990)?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

79. Assinale com **1** os itens que constituem características do método *price-cap* de tarifação para empresas reguladas e com **2** os itens que não constituem características do referido método.

- () o estímulo ao aumento de eficiência produtiva, em função da determinação de um valor máximo para a tarifa
- () o estímulo ao aumento de eficiência alocativa e distributiva, em função da facilidade de repassar para os consumidores os ganhos de eficiência
- () a garantia de uma taxa interna de retorno atrativa ao investidor
- () a dificuldade de definir um preço inicial básico para compor os reajustes periódicos de acordo com a fórmula

A seqüência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) 1 – 2 – 2 – 1.
- (B) 1 – 2 – 1 – 2.
- (C) 2 – 1 – 1 – 1.
- (D) 2 – 2 – 2 – 1.
- (E) 1 – 1 – 2 – 2.

80. No que diz respeito às parcerias público-privada, no Brasil, assinale a alternativa correta.

- (A) A alta inflação dos anos 80 foi um dos motivos que originaram a proliferação de empreendimentos de *project finance*.
- (B) O *project finance* se destina primordialmente a casos de projetos de pequeno porte.
- (C) No caso conhecido como *Buy-Build-Operate* (BBO), a venda representa a transferência de propriedade de um ativo já em operação, acompanhada da obrigação de operação e eventual expansão por parte dos novos controladores.
- (D) A possibilidade de quebra de contratos ou desapropriações por parte do governo, com prejuízos econômicos para as partes, configura um risco de operação do projeto.
- (E) No caso conhecido como *Build-Transfer-Operate* (BTO), não há prazo final da concessão, ou seja, a empresa fica com plenos direitos sobre o projeto, sem devolução posterior para o Estado.